

Senado adia decisão sobre dívida

Os senadores poderão frustrar a expectativa do governo de ver aprovado no Senado o acordo para reescalonamento dos juros atrasados da dívida externa esta semana, antes que o presidente Fernando Collor inicie, na segunda-feira, sua viagem aos Estados Unidos. Embora o parecer entregue ontem à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado pelo relator Ronan Tito (PMDB-MG) seja favorável aos termos do acordo, sua aprovação poderá ser retardada a pedido de cinco senadores, que não se sentem suficientemente esclarecidos sobre a questão.

O presidente da Comissão, senador Raimundo Lira (PMDB-PB), convocou para hoje reunião secreta na qual o negociador oficial da dívida, embaixador Jório Dauster, dará informações sobre a capacidade de pagamento do país e o nível atual das reservas internacionais. Lira acredita que o acordo será aprovado hoje na Comissão e até amanhã no plenário do Senado.

O esquema articulado com o governo por Raimundo Lira previa que o relatório de Ronan Tito seria aprovado na manhã de ontem. A votação no plenário estava prevista para a tarde de hoje. Assim, o presidente Collor teria uma boa notícia para transmitir ao presidente americano, George Bush, no encontro da próxima semana. "A aprovação do acor-

do no Senado, às vésperas da viagem do presidente Collor aos Estados Unidos, seria a melhor demonstração de que o Brasil quer se inserir definitivamente na comunidade financeira internacional", argumentou o ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira.

Manobra — Para evitar que o acordo fosse aprovado a toque de caixa, os senadores Eduardo Suplicy (PT-SP), Fernando Henrique Cardoso (PSDB-SP), Coutinho Jorge (PMDB-PA), Moisés Abrão (PDC-TO) e Rui Barcelar (PMDB-BA) se valeram de um artifício regimental: pediram vistas no parecer de Ronan Tito, o que pode retardar em cinco dias sua votação na Comissão de Assuntos Econômicos. "Não podemos aprovar os termos do acordo sem que algumas questões fundamentais, como a real capacidade de pagamento do país, seja esclarecida", argumentou Suplicy.

Assim como os demais senadores, Suplicy manifestou dúvidas sobre se o acordo respeitava algumas determinações previstas na Resolução 82, do Senado, que fixa os parâmetros para a negociação da dívida. A primeira prevê que os desembolsos de juros respeitarão a capacidade de pagamento do país, determinada pelo superávit fiscal do governo, as reservas internacionais e os financiamentos externos para o setor público. A se-

gunda proíbe o governo brasileiro de arcar com as despesas de viagem, hospedagem e contratação de serviços de advogados do comitê de bancos credores durante as negociações.

Jório Dauster e o presidente do Banco Central, Francisco Góes, que foram à Comissão de Assuntos Econômicos esclarecer dúvidas dos senadores em relação à negociação externa, garantiram que os termos do acordo respeitam estritamente a Resolução 82. Quanto ao pagamento das despesas do comitê de bancos credores, Dauster argumentou que a Resolução 82 só proíbe expressamente os gastos com passagens e hospedagem, mas não veda as despesas com escritórios de advocacia.

O acordo da dívida prevê o reescalonamento de quase US\$ 9 bilhões de juros atrasados, relativos a 1989 e 1990. A proposta negociada com os credores estabelece para este ano o pagamento de até US\$ 2 bilhões, em dinheiro. A primeira parcela, de US\$ 900 milhões, será liberada aos bancos dez dias após a ratificação do acordo pelo Senado. Os restantes US\$ 1,1 bilhão serão pagos até o fim do ano em sete parcelas. Os US\$ 7 bilhões restantes serão convertidos em bônus, a serem laçados pelo governo brasileiro e adquiridos pelos bancos, com prazo de resgate de dez anos, com três de carência.